

## MPF move outra ação contra Chevron e pede R\$ 20 bilhões por dano ambiental

O Ministério Público Federal moveu mais uma [Ação Civil Pública](#) contra a petroleira americana Chevron e a empresa contratada Transocean pelo novo vazamento de óleo cru, ocorrido em março deste ano, no Campo de Frade, na Bacia de Campos. Na ação, o procurador da República Eduardo Santos de Oliveira pede nova indenização de R\$ 20 bilhões pelos danos ambientais e sociais causados pelo segundo derramamento. A ação foi movida na 2ª Vara Federal de Campos pelo procurador da República Eduardo Santos de Oliveira.

Segundo Oliveira, uma série de erros cometidos pela concessionária e pela operadora ocasionaram o segundo vazamento, como falhas de cálculo, falhas no plano de contingência, imprecisão no dimensionamento, omissão de informações, limpeza inadequada e falta de fiscalização. Tanto a Chevron quanto a Transocean já foram denunciadas pelo MP Federal (2011.51.03.002561-4) na 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro pelo derramamento de óleo cru envolvendo o navio sonda SEDCO 706, durante perfuração de poço na região, em novembro de 2011.

O MPF pede, em liminar, a paralisação imediata das atividades no Campo de Frade, a proibição de remessa de lucros ao exterior, tanto pelas empresas como por parte de seus diretores e agentes, e a reavaliação do Plano de Emergência Individual, já que o primeiro vazamento, ocorrido em novembro de 2011, deveria ter ocasionado alterações no procedimento.

A ação também quer que as empresas sejam proibidas de contratar empréstimos, seguros de risco ambiental e obter recursos do Estado brasileiro, além de serem proibidas de enviar ao exterior o maquinário empregado em suas atividades no Brasil. Tanto a Chevron como a Transocean também terão que enviar um relatório técnico diário à Agência Nacional de Petróleo (ANP), ao Ministério Público Federal e demais órgãos técnicos, enquanto persistirem vazamentos no Campo de Frade.

"O vazamento de óleo das jazidas da União no Campo do Frade ainda não foi contido. Os prejuízos ambientais e ao patrimônio da União são, a esta altura, incalculáveis. Cada novo evento aumenta este prejuízo e expõe os erros nos procedimentos anteriores e posteriores dos réus. O MPF está atento e vai continuar adotando todas as providências para evitar novos desastres e punir os culpados." afirma o procurador da República.

O procurador da República em Campos também abriu inquérito civil público para investigar a fiscalização da Agência Nacional de Petróleo (ANP) e do Ibama em relação às empresas nacionais e estrangeiras de exploração de petróleo *offshore*. O ICP instaurado quer discutir revisão de parâmetros e recursos destinados à fiscalização, sejam eles humanos, técnicos ou materiais, com fins de permitir uma fiscalização mais efetiva da exploração nos campos de petróleo. O inquérito também investigará a capacidade de prevenção de todas as plataformas da Bacia de Campos. Já foram requisitadas cópias dos planos emergenciais de todas as empresas que operam nas plataformas. *Com informações da Assessoria de Comunicação Social do MPF-RJ.*

Clique [aqui](#) para ler a Ação Civil Pública.

**Date Created**

04/04/2012